



Sílvia Caneco

Liberdade de imprensa: a minha protecção e o meu limite

Ao longo da minha vida profissional, tenho tido do meu lado um bem precioso. Foi a liberdade de imprensa que me permitiu revelar factos que, de outra forma, nunca seriam conhecidos. Foi ela que me permitiu revelar actos e condutas envolvendo políticos, banqueiros ou titulares de cargos públicos, que deram origem a investigações judiciais ou ajudaram a reforçá-las. Ou que, tão simplesmente, serviram para informar o público sobre abusos de poder, desvios às boas práticas, ou potenciais condutas criminosas que, de outra forma, permaneceriam ocultos. E se isto tudo foi possível foi porque tive a sorte de trabalhar em órgãos de informação que privilegiavam a liberdade de imprensa e colocavam esse princípio acima de conveniências, pressões ou interesses.

Pode parecer pouco, mas não é. Recentemente, o principal grupo europeu de defesa das liberdades civis, a ONG Liberties, deixou um alerta no seu relatório anual: a liberdade de imprensa e o pluralismo estão “sob ataque constante” em toda a Europa, o que deveria colocar os responsáveis políticos em “alerta máximo”. O espírito do tempo não é favorável aos jornalistas, muito menos aos que investigam temas sensíveis ou pessoas que se consideram intocáveis nos seus círculos de poder. Ventos autoritários não convivem bem com a verdade: preferem a opacidade, a intimidação e a manipulação.

Não se iludam. Fazer investigação jornalística pode parecer estimulante visto de fora, mas lidar com os estilhaços das situações que revelamos raramente é fácil. Quando trabalhamos com matérias potencialmente lesivas do bom nome de alguém, e esse alguém está num cargo de poder, as pressões surgem de todos os lados. O jornalista que investiga, tal como o órgão de informação que decide publicar a história, transforma-se rapidamente num alvo de todo o tipo de ataques.

Recordo muitas tentativas de intimidação e condicionamento: o assessor de um banco que telefonou para a administração do jornal a ameaçar cortar publicidade caso avançássemos com a manchete do dia seguinte, potencialmente devastadora para a reputação de um banqueiro; o especialista em comunicação que ligou para a direcção da publicação para tentar descredibilizar o trabalho da jornalista e influenciar o sentido da peça; o juiz que procurou destruir a credibilidade de uma notícia - que meses depois se comprovou ser verdadeira - através de um direito de resposta com contornos insólitos; a pessoa visada numa investigação que tentou negociar a não publicação de uma notícia

“negativa” em troca de uma entrevista “positiva”; ou a figura pública que desmentiu estar numa lista de lesados de um banco, mesmo quando ao lado da notícia publicámos o documento com o seu nome completo e número de contribuinte.

A tudo isto somam-se as campanhas de descredibilização do trabalho jornalístico nas redes sociais, onde a desinformação afoga o debate público, bem como os insultos, as sombras de processos judiciais e as ameaças que escalam para outro nível.

Costumo dizer que só um louco pode escolher trabalhar numa área em que se fazem tantos inimigos. E, nos dias de hoje, em que os media tradicionais em papel vivem estrangulados pela perda de receitas publicitárias e pela quebra das vendas em banca, optar pelo jornalismo de investigação implica estar preparado para correr sozinho, sabendo que a qualquer momento se pode perder o amparo de uma estrutura.

O meu percurso é exemplo disso: os últimos quatro jornais e revistas em que trabalhei fecharam, ou sobrevivem reduzidos a estruturas mínimas, envolvidas em processos de insolvência. As avenças com advogados, antes asseguradas pelas administrações para responder judicialmente a tentativas de condicionamento, desapareceram. Em caso de processo, deixa de existir uma estrutura que represente a equipa; cada jornalista ou director fica por sua conta e risco.

Numa profissão estruturalmente mal paga, é inevitável questionar se não é preciso um certo grau de loucura para insistir na missão mais nobre do jornalismo: revelar aquilo que alguém, em algum lugar, não quer que seja conhecido. O medo e a precariedade são os maiores aliados da autocensura. E não posso garantir que não existam, neste momento, colegas meus a autocensurarem-se precisamente por essas razões.

Quando a imprensa perde liberdade, perdemos todos. Uma democracia saudável também se mede pela quantidade de perguntas e revelações incómodas que admite.

Há quem olhe para a liberdade de imprensa, direito constitucionalmente consagrado, como um privilégio. Prefiro vê-la como uma enorme responsabilidade. Quando avançamos com uma notícia potencialmente destruidora da reputação de alguém, sabemos que não podemos falhar uma vírgula. Sempre me incomodou o jornalismo do diz-que-disse e da dependência excessiva de fontes em *off*. Ao longo da minha carreira, procurei afastar-me dessa lógica, privilegiando a procura obsessiva de documentos que sustentem aquilo que escrevo. Numa era em que o comentário parece ter engolido a notícia, e em que horas de opinião substituem o trabalho de investigação, a busca incessante por indícios, fontes e documentos tornou-se quase um gesto contra o tempo.

Na faculdade, tive um professor de Ética e Deontologia que repetia frequentemente: “Nunca escrevam ou digam algo que não gostassem que escrevessem ou dissessem sobre a vossa mãezinha.” Na teoria, a frase parecia sensata. Anos depois, já numa redacção e a trabalhar sobre temas complexos, percebi o quanto ela podia ser desajustada. Aprendi com a prática que, quando damos notícias relevantes, haverá sempre alguém incomodado

com o que escrevemos, sobretudo quando aquilo que escrevemos é verdadeiro. O problema raramente é a mentira. O que verdadeiramente incomoda é a informação verdadeira.

Se estivéssemos à espera de publicar apenas o que não ferisse as susceptibilidades da nossa “mãezinha”, o jornalismo perderia uma parte essencial da sua função.

Ao longo destes anos, a liberdade de imprensa tem sido simultaneamente a minha protecção e o meu limite. Trabalho permanentemente sobre direitos em tensão: aquilo que, para mim, representa o direito a informar e o interesse público é, muitas vezes, entendido pelo visado como um atentado à sua honra e ao seu bom nome. É nesse território delicado que advogados e tribunais acabam frequentemente por se cruzar com o jornalismo, chamados a decidir que direito deve prevalecer.

É uma área extremamente sensível, que exige verificação rigorosa de factos, cruzamento de fontes, acesso a documentos sensíveis e enorme cuidado na escrita. Talvez por isso, o meu percurso profissional esteja também marcado por horas de investigação que nunca se transformaram em notícia. Podemos passar meses atrás de uma história, ter 95% de certeza de que é verdadeira e, ainda assim, faltar o documento decisivo ou o testemunho essencial que permita escrever com segurança.

O jornalismo não condena ninguém, não substitui os tribunais. Mas sem escrutínio jornalístico, muitas vezes nem existiria matéria para investigar e muitos cidadãos continuariam a viver no escuro.

Os tempos fazem temer o pior: que as investigações jornalísticas sejam progressivamente silenciadas, que fazer perguntas passe a ser visto como uma ameaça e que o chamado Quarto Poder seja enfraquecido até à irrelevância. Nunca houve tanta informação disponível e, ao mesmo tempo, tanta dificuldade em distinguir informação de ruído. Quando as democracias se deixam afogar em desinformação, talvez demorem alguns anos a perceber a falta que a Verdade lhes faz.

Silvia Caneco, jornalista